

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

Empresa especializada em assessoria de comunicação e imprensa, produção de conteúdo jornalístico e digital, bem como na gestão de canais de comunicação, destinada ao atendimento das demandas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro – CMDCA-Rio

1. O processo de DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Trata-se de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria de comunicação e imprensa, produção de conteúdo jornalístico e digital, bem como na gestão de canais de comunicação, destinada ao atendimento das demandas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro – CMDCA, conforme especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, por um período de 12 (doze) meses, que poderá ser prorrogado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Decreto Rio nº 51.078/2022, enquadrado na Classificação de Serviços do Município na Classe 227072, sendo:

2. MODALIDADE, FORMA E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 2.1. A futura contratação será realizada por meio de licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, tendo como critério de julgamento o tipo TÉCNICA E PREÇO, com fundamento nos arts. 28, inciso II, e 33, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as disposições dos arts. 5º e 20-A da Lei Federal nº 12.232/2010, bem como no Decreto Rio nº 51.689/2022, e suas alterações.
- 2.2. Considerando o disposto no art. 20-A, caput e § 1º, combinado com o art. 5º da Lei Federal nº 12.232/2010, a adoção da modalidade Concorrência é imperativa para a contratação ora pretendida, razão pela qual dispensa-se justificativa prévia específica acerca do enquadramento do objeto como serviço comum ou especial, para fins de escolha da modalidade.

3. REGIME DE EXECUÇÃO

- 3.1. O objeto será executado sob o regime de empreitada por preço global, uma vez que suas especificações se encontram devidamente definidas neste Termo de Referência, permitindo a fixação de valor total para a execução integral dos serviços.
- 3.2. A adoção do regime de preço global mostra-se adequada em razão da complexidade e natureza técnica do objeto, que envolvem a prestação integrada de diversos serviços de comunicação, exigindo a apresentação de proposta global, associada à avaliação qualitativa das soluções técnicas ofertadas sem prejuízo da competitividade e da previsibilidade orçamentária.

4. JUSTIFICATIVA

- 4.1. Diante da inexistência, em seu quadro de pessoal, de profissionais habilitados com formação e experiência técnica compatíveis com a execução das atividades de comunicação, publicidade e relacionamento com a mídia em nível adequado, o que inviabiliza a realização dessas demandas por meios próprios devido a falta de equipamentos e programas necessários para sua execução, a contratação de empresa especializada mostra-se indispensável para assegurar a divulgação adequada das ações do CMDCA-Rio e das

campanhas relacionadas ao Conselho supracitado, em especial no que se refere à implementação e ao acompanhamento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Tais serviços atendem ao interesse do CMDCA-Rio em ampliar o alcance das ações realizadas pelas Entidades e Conselhos Tutelares, fortalecendo o nome e a imagem institucional do Conselho perante a sociedade.

4.2. Além do exposto acima, a futura contratação justifica-se pelos seguintes motivos:

4.2.1. Necessidade de divulgação e relacionamento com a mídia

Atuar junto às necessidades de divulgação de ações e projetos, de prestação de informações ao público e de relacionamento com a mídia, de forma contínua e profissional, a fim de consolidar o CMDCA-Rio como entidade de referência nas questões relativas aos direitos da criança e do adolescente.

4.2.2. Fomento à arrecadação do FMADCA-Rio

Fomentar a arrecadação de recursos anualmente, principalmente no período da declaração de imposto de renda para o Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMADCA-Rio, por meio de estratégias de comunicação e campanhas de divulgação, contribuindo para ampliar a base de doadores e a visibilidade do Fundo.

4.2.3. Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos

Contribuir para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, por meio da produção e divulgação de textos, campanhas informativas, materiais digitais e impressos, planejamento de comunicação e clipagem de notícias, ampliando a visibilidade das ações das entidades, Conselhos Tutelares e demais atores envolvidos.

4.2.4. Promoção, transparência e inexistência de estrutura interna adequada

O CMDCA-Rio, em razão de suas atribuições e de sua natureza institucional, necessita divulgar aos seus membros, doadores, órgãos de controle e à sociedade suas atividades, deliberações, eventos e demais ações, em especial aquelas relacionadas a:

- a) registro e fiscalização de entidades;
- b) acompanhamento da aplicação de recursos;
- c) monitoramento da execução de políticas públicas;
- d) ações administrativas e de gestão.

A contratação dos serviços de assessoria de comunicação e imprensa se justifica, portanto, pela necessidade de promoção, divulgação e transparência das ações institucionais, bem como pela necessidade de fortalecer a imagem do Conselho junto a seus membros, ao sistema de justiça, à rede de proteção e à sociedade em geral.

4.3. Da Apresentação das Propostas

As propostas apresentadas pelos licitantes serão avaliadas de acordo com os seguintes critérios de pontuação:

- a) Proposta Técnica, com peso 7 (sete);
- b) Proposta de Preços, com peso 3 (três).

4.3.1 Da Proposta Técnica

A Proposta Técnica terá peso 7 (sete) e pontuação máxima de 100 (cem) pontos. Será automaticamente desclassificado o licitante que obtiver pontuação inferior a 70 (setenta) pontos na avaliação da Proposta Técnica.

Os documentos que compõem a Proposta Técnica (Prova Técnica e Análise Técnica) deverão ser apresentados de forma que não seja possível identificar o licitante, seja direta ou indiretamente.

Qualquer elemento, marca, sinal, referência, expressão ou conteúdo que possibilite a identificação da empresa licitante será considerado eliminatório, acarretando a desclassificação imediata da Proposta Técnica.

A **CONTRATANTE** (SMAS) não se responsabilizará por eventuais palavras, marcas, referências ou elementos que possam identificar o licitante, cabendo exclusivamente ao proponente adotar todas as cautelas necessárias para assegurar o anonimato da proposta.

Recomenda-se, portanto, o uso de descrições genéricas, termos anonimizados e ausência de nomes próprios ou menções que possam induzir à identificação do licitante.

O formato para apresentação da Proposta Técnica e da Análise Técnica será padronizado, devendo os proponentes observar rigorosamente o modelo disponibilizado no Anexo XX deste Termo de Referência/Edital.

TABELA 2 – PONTUAÇÃO PROPOSTA TÉCNICA		
PROVA TÉCNICA		PONTUAÇÃO TOTAL
Quesitos	Pontos	100
Capacidade de produção	60	
ANÁLISE TÉCNICA		
Quesitos	Pontos	
Análise de imagem sobre divulgação em formato noticioso de evento	40	

PROVA TÉCNICA – CAPACIDADE DE PRODUÇÃO – ATÉ 60 (SESSENTA) PONTOS

Planejamento/estratégia de assessoria de comunicação e imprensa

Desenvolver planejamento/estratégia de assessoria de comunicação e imprensa com foco na ampliação e no aprimoramento da divulgação das ações do CMDCA-Rio, em múltiplas mídias, visando fortalecer a cultura de proteção integral de crianças e adolescentes e fomentar a arrecadação

anual para o Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMADCA-Rio.

A proteção dos direitos de crianças e adolescentes no Município do Rio de Janeiro depende, entre outros fatores, de:

- informação qualificada para a sociedade sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
- conhecimento público sobre o papel do CMDCA-Rio e da rede de proteção;
- engajamento de pessoas físicas e jurídicas na doação ao FMADCA-Rio, instrumento essencial de financiamento de políticas, programas e projetos.

Uma estratégia de comunicação inovadora pode:

- ampliar o alcance e a compreensão das ações do CMDCA-Rio;
- aproximar o tema da infância e adolescência de diferentes públicos (cidadãos, empresas, rede socioassistencial, sistema de justiça, mídia, escolas, conselhos tutelares etc.);
- estimular a adesão às campanhas de doação ao FMADCA-Rio, por meio de narrativas que evidenciam o impacto concreto desses recursos na vida de crianças e adolescentes.

Nesse contexto, o planejamento/estratégia de assessoria de comunicação e imprensa a ser apresentado na prova técnica deverá:

- propor ações integradas de comunicação institucional, jornalística e digital;
- explorar, de forma criativa, as potencialidades de diferentes plataformas (mídia espontânea, redes sociais, site, campanhas digitais, eventos, influenciadores etc.);
- ter como eixo central a visibilidade das ações do CMDCA-Rio e a promoção das doações ao FMADCA-Rio.

6.1.1 Escopo do exercício – conteúdo mínimo

A licitante deverá elaborar um planejamento/estratégia de assessoria de comunicação e imprensa que contenha, no mínimo:

- a) Análise sintética do cenário de comunicação sobre direitos de crianças e adolescentes no Município do Rio de Janeiro, indicando desafios e oportunidades (Matriz SWOT) para o CMDCA-Rio;
 - b) Definição de públicos prioritários (por exemplo: sociedade em geral, empresas potenciais doadoras, órgãos públicos, entidades da rede, conselhos tutelares, escolas, mídia especializada, influenciadores locais), com breve caracterização de cada público e justificativa da priorização;
 - c) Objetivos de comunicação, claramente vinculados:
- à ampliação da visibilidade das ações do CMDCA-Rio;

- ao fortalecimento da imagem institucional do Conselho como referência em direitos da criança e do adolescente;
- ao fomento das doações ao FMADCA-Rio (doações incentivadas via IR, doações diretas etc.);
- d) Mensagens-chave voltadas a, pelo menos, um dos eixos temáticos a seguir (a licitante pode escolher 1 ou mais, mas deve aprofundar ao menos 1):
 - combate às violências contra crianças e adolescentes;
 - inclusão social, educativa e cultural de crianças e adolescentes;
 - fortalecimento dos Conselhos Tutelares e da rede de proteção;
 - impacto positivo de projetos financiados pelo FMADCA-Rio (exemplos, cases, resultados);
- e) Estratégia de assessoria de imprensa, contemplando:
 - proposta de abordagem e enquadramento jornalístico das pautas do CMDCA-Rio;
 - exemplos de pautas propositivas (ângulos/notícias) a serem levadas à mídia local e estadual;
 - segmentação de veículos (rádio, TV, impresso, portais, mídias comunitárias etc.);
- f) Estratégia de comunicação digital e redes sociais, contemplando:
 - proposta de uso integrado de site, redes sociais e outros canais digitais;
 - formatos sugeridos (posts, vídeos curtos, podcasts, lives, campanhas digitais, storytelling, depoimentos de beneficiários etc.);
 - ideias de ações específicas para impulsionar a arrecadação para o FMADCA-Rio (por exemplo: campanhas temáticas em datas-chave, landing pages, QR Codes, parcerias com influenciadores, desafios solidários, etc.);
- g) Sugestão de indicadores básicos de resultado, tais como:
 - aumento de menções na mídia;
 - crescimento de seguidores/engajamento em redes;
 - número de visitas ao site/canal de doação;
 - volume estimado de novos doadores ou de recursos arrecadados, de forma prospectiva.

6.1.2 Forma de apresentação do exercício

6.1.2.1 A ideia é desenvolver uma estratégia inovadora de assessoria de imprensa e comunicação integrada, que explore múltiplos canais de comunicação para maximizar o alcance e o engajamento com a sociedade e com a mídia local e estadual, com foco na divulgação das ações do CMDCA-Rio e na promoção das doações ao FMADCA-Rio.

6.1.2.2 O exercício deverá conter, no máximo, 20 (vinte) páginas, descrevendo de forma clara e objetiva as ações propostas, podendo incluir a critério da licitante:

- organogramas ou fluxogramas de ações;
- cronograma sintético (curto, médio e longo prazo);
- quadros-resumo de públicos x canais x mensagens;
 - sugestões de títulos de pautas, chamadas de campanha e exemplos de peças (sem necessidade de layout final).

6.1.3 Características desejáveis do plano

6.1.3.1 Espera-se da licitante a apresentação de um plano de assessoria de comunicação e imprensa inovador, que:

I – demonstre compreensão da temática dos direitos da criança e do adolescente e do papel institucional do CMDCA-Rio;

II – apresente narrativas e estratégias capazes de sensibilizar a sociedade e potenciais doadores, evidenciando o impacto social do FMADCA-Rio;

III – utilize de forma criativa a convergência de canais tradicionais e digitais, propondo ações sinérgicas em imprensa, redes sociais, site institucional, eventos e demais plataformas;

IV – contribua para posicionar o CMDCA-Rio como referência municipal em proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes, reforçando sua legitimidade e credibilidade.

6.1.4 Forma de avaliação e apresentação apócrifa

6.1.4.1 A proposta de planejamento/estratégia deverá ser apresentada de forma apócrifa, sem qualquer identificação da licitante em seu conteúdo ou formatação, excetuados os campos formais definidos no edital, com o objetivo de dissociar a avaliação técnica da marca da empresa e garantir isonomia, imparcialidade e transparência no processo licitatório.

6.1.4.2 A banca avaliadora atribuirá até 60 (sessenta) pontos à prova técnica, observando, entre outros, os seguintes critérios (a serem detalhados em tabela própria, se desejado):

- Coerência e profundidade da análise de cenário e definição de públicos;
- Clareza e pertinência dos objetivos e mensagens-chave;
- Grau de inovação e viabilidade das estratégias propostas (imprensa + digital);
 - Aderência das ações ao propósito de ampliar a divulgação das ações do CMDCA-Rio;
 - Aderência das ações ao objetivo de fomentar a arrecadação anual para o FMADCA-Rio;

Consistência dos indicadores sugeridos e da lógica de acompanhamento de resultados.

TABELA – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA TÉCNICA

Critério	Descrição	Pontuação Máxima	Crerários de Pontuação
Clareza do texto	Entende-se por clareza a qualidade básica do texto apresentado no planejamento/estratégia, observando correção gramatical, coerência, organização lógica das ideias e objetividade, de modo a permitir a imediata compreensão, por parte do leitor, das ações propostas para o CMDCA-Rio e para o FMADCA-Rio.	10 pontos	Não atende (0 ponto): texto confuso, com erros graves de redação, sem encadeamento lógico ou que dificulte a compreensão das propostas. Atende Parcial (5 pontos): texto com estrutura compreensível, porém com problemas relevantes de organização, clareza ou correção gramatical. Atende (10 pontos): texto claro, bem organizado, objetivo, com redação adequada e que permite a compreensão imediata do planejamento proposto.
Conhecimento e assimilação da importância do CMDCA-Rio e do FMADCA-Rio	Demonstração de conhecimento e assimilação da importância: (i) do CMDCA-Rio como órgão deliberativo e controlador da política de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente; e (ii) do FMADCA-Rio como instrumento de financiamento de programas, projetos e ações voltados a esse público, evidenciando a compreensão do papel da comunicação na ampliação de doações e no fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos.	15 pontos	Não atende (0 ponto): não demonstra conhecimento adequado sobre o CMDCA-Rio, o FMADCA-Rio ou o Sistema de Garantia de Direitos; trata o tema de forma genérica, sem conexão com a realidade da infância e adolescência. Atende Parcial (7 pontos): demonstra conhecimento básico sobre o CMDCA-Rio e/ou o FMADCA-Rio, mas com lacunas relevantes ou abordagem superficial da importância de ambos. Atende (15 pontos): demonstra compreensão consistente do papel institucional do CMDCA-Rio, da função estratégica do FMADCA-Rio e da relevância da comunicação para proteção integral e para o aumento das doações.
Abrangência e segmentação do planejamento	Capilaridade, alcance e adequação do planejamento de comunicação e imprensa aos diferentes públicos relacionados ao tema dos direitos da criança e do adolescente, tais como: sociedade em geral, potenciais doadores (pessoas físicas e jurídicas), rede socioassistencial, Conselhos Tutelares, sistema de justiça, órgãos públicos, escolas, mídia local e demais atores estratégicos do Município do Rio de Janeiro. Avalia-se a capacidade de segmentar mensagens e canais conforme o perfil de cada público.	10 pontos	Não atende (0 ponto): planejamento voltado a um público genérico, sem segmentação clara nem consideração das especificidades dos públicos estratégicos do CMDCA-Rio. Atende Parcial (5 pontos): apresenta alguns públicos e canais relevantes, porém de forma incompleta ou pouco articulada. Atende (10 pontos): identifica e segmenta de forma clara diversos públicos estratégicos, adequando mensagens e canais às características de cada um, com atenção especial a potenciais doadores e atores da rede de proteção.
Criatividade e inovação na estratégia de comunicação	Contempla a utilização criativa e inovadora de diferentes canais e formatos de comunicação (imprensa tradicional, mídias digitais, redes sociais, conteúdos multimídia, campanhas temáticas, lives, storytelling, influenciadores, mídias comunitárias etc.), com propostas que contribuam para ampliar a visibilidade das ações do CMDCA-Rio e estimular a participação da sociedade e de empresas nas doações ao FMADCA-Rio . Apresentar uma Matriz SWOT, tendo em vista as oportunidades, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades para o Conselho e suas respectivas campanhas.	15 pontos	Não atende (0 ponto): propostas convencionais, pouco criativas, sem uso articulado de diferentes canais ou sem vínculo claro com a ampliação da visibilidade e da arrecadação. Atende Parcial (7 pontos): apresenta algumas ideias criativas e uso combinado de canais, porém de forma limitada, pouco detalhada ou com baixa conexão com o objetivo de fomentar doações. Atende (15 pontos): apresenta estratégia criativa, consistente e factível, com ações integradas em múltiplos canais, explorando recursos inovadores e alinhados ao tema da infância e adolescência, com foco claro em engajamento e aumento das doações ao FMADCA-Rio.
Resultados esperados e mensuração	Serão consideradas as formulações de uma proposta de resultados esperados com projeção do que se pretende atingir com o planejamento/estratégia apresentada (ex.: aumento de visibilidade, engajamento, alcance de campanhas, potencial incremento de doações), bem como a indicação de métricas e formas de mensuração (indicadores de mídia, digitais e de arrecadação) e de apresentação desses	10 pontos	Não atende (0 ponto): não apresenta resultados esperados claros nem formas de mensuração; conteúdo essencialmente descritivo, sem perspectiva de acompanhamento. Atende Parcial (5 pontos): indica alguns resultados desejados ou métricas, porém de forma genérica, sem conexão lógica consistente entre ações e resultados. Atende (10 pontos): apresenta resultados esperados bem definidos, alinhados aos objetivos do CMDCA-Rio e do FMADCA-Rio, com proposta clara de indicadores (mídia, digital e arrecadação) e de como

	resultados ao CMDCA-Rio.		serão monitorados e reportados.
--	--------------------------	--	---------------------------------

6.2 Análise Técnica – Análise de imagem sobre divulgação em formato noticioso de ações do CMDCA-Rio – até 40 (quarenta) pontos

6.2.1 O segundo exercício técnico terá como foco a análise de divulgação, em formato noticioso, de ações do CMDCA-Rio e de projetos financiados pelo Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMADCA-Rio, com vistas a avaliar a capacidade da licitante em:

- ler criticamente a exposição já alcançada na mídia;
- identificar oportunidades de melhoria (Matriz SWOT);
- propor estratégias para ampliar a visibilidade institucional e fomentar as doações ao Fundo.

6.2.2 O exercício deverá conter uma análise da cobertura midiática de, pelo menos, uma ação/campanha do CMDCA-Rio ou de projeto apoiado pelo FMADCA-Rio (a ser indicado no edital/Anexo, com links ou materiais de referência), apresentando: - INSERIR LINKS DE DIVULGAÇÕES DO CMDCA EM 2024/2025

a) um relato do desempenho da divulgação já realizada, apontando seus pontos fortes e limitações;

b) uma análise crítica de oportunidades de comunicação não exploradas, sugerindo abordagens, pautas e formatos capazes de ampliar o alcance das mensagens e sensibilizar potenciais doadores (apresentar Matriz SWOT apontando as Fraquezas, Oportunidades, Ameaças e Forças);

c) uma avaliação da imagem institucional do CMDCA-Rio projetada pela cobertura analisada (tom, enquadramento, coerência com a missão do Conselho) e propostas para aprimorá-la.

6.2.3 Com base nessas informações, deverá ser construído um documento de, no máximo, 20 (vinte) páginas, em linguagem clara e objetiva, contendo:

- síntese da cobertura analisada;
- identificação e análise de oportunidades de comunicação;
- proposição de estratégias para ampliar a exposição do CMDCA-Rio e do FMADCA-Rio na mídia, com foco na captação de recursos

TABELA 4 – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA ANÁLISE TÉCNICA

Critério	Descrição	Pontuação Máxima	Crerários de Pontuação
Clareza e organização do relato	Será considerada a organização e a estruturação do material apresentado na análise, construído de forma lógica, com introdução, desenvolvimento e conclusão, respeitando regras gramaticais vigentes, de modo a possibilitar a imediata compreensão do leitor sobre o desempenho da divulgação e as propostas de melhoria	10 pontos	Não atende (0 ponto): relato confuso, desorganizado, com erros graves de redação, sem encadeamento lógico. Atende Parcial (5 pontos): texto compreensível, mas com problemas relevantes de organização, coesão ou correção gramatical. Atende (10 pontos): texto claro, bem estruturado, coeso, com redação adequada e fluxo lógico de ideias.
Análise do desempenho da divulgação	Identificação e análise crítica do desempenho da divulgação das ações do CMDCA-Rio / projetos financiados pelo FMADCA-Rio, considerando alcance, tipos de veículos, mensagens predominantes e percepção gerada, apontando pontos fortes e fragilidades da exposição já obtida	10 pontos	Não atende (0 ponto): não analisa o desempenho, apenas descreve superficialmente fatos ou reproduz informações sem crítica. Atende Parcial (5 pontos): apresenta alguma análise, mas limitada, com poucos elementos avaliativos ou sem profundidade. Atende (10 pontos): realiza análise crítica consistente, identificando claramente aspectos positivos e negativos da cobertura, com base em elementos objetivos (veículos, tom, frequência, enquadramento etc.).
Oportunidades não exploradas na mídia/impressão	Identificação de oportunidades de comunicação ainda não exploradas ou subaproveitadas , em termos de capilaridade, alcance, temática e formatos (imprensa, mídias digitais, ações com influenciadores, mídias comunitárias etc.), construindo uma estratégia que traga sugestões de canais, conteúdos e veículos que podem ser utilizados para ampliar a divulgação e incentivar doações ao FMADCA-Rio .	10 pontos	Não atende (0 ponto): não identifica oportunidades novas ou limita-se a repetir ações já realizadas. Atende Parcial (5 pontos): identifica algumas oportunidades, mas de forma genérica, pouco detalhada ou sem clara conexão com a ampliação da arrecadação. Atende (10 pontos): identifica de maneira clara e específica diversas oportunidades não exploradas, com propostas viáveis de ações, canais e conteúdos, articulando-as ao objetivo de aumentar a visibilidade e o engajamento em torno do FMADCA-Rio.
Exposição da instituição na mídia e propostas de ampliação futura	Análise da visibilidade institucional do CMDCA-Rio alcançada na cobertura examinada, incluindo fatores que contribuíram (ou não) para a repercussão da marca e da pauta dos direitos da criança e do adolescente, bem como propostas concretas para ampliação da exposição futura , especialmente em torno de campanhas de doação ao FMADCA-Rio.	10 pontos	Não atende (0 ponto): não analisa a exposição institucional nem apresenta propostas para ampliá-la. Atende Parcial (5 pontos): analisa de forma superficial a visibilidade ou apresenta propostas pouco estruturadas. Atende (10 pontos): apresenta análise consistente da imagem e da visibilidade institucional, articulada com propostas objetivas e factíveis de ações futuras para ampliar a presença do CMDCA-Rio e do FMADCA-Rio na mídia.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 5.1. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria de comunicação e imprensa, produção de conteúdo jornalístico e digital, bem como na gestão de canais de comunicação, destinada ao atendimento das demandas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro – CMDCA, conforme condições e especificações técnicas deste Termo de Referência.

- 5.2. O objeto de interesse desta contratação se dará por meio de LICITAÇÃO, na modalidade **CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA**, tendo como critério de julgamento o tipo **TÉCNICA E PREÇO**, com fundamento nos arts. **28, inciso II, e 33, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021**, observadas as disposições dos arts. **5º e 20-A da Lei Federal nº 12.232/2010**, bem como no Decreto Rio nº 51.689/2022 suas alterações.
- 5.3. O regime de execução do serviço se dará na modalidade de **empreitada por preço global**, conforme disposto no item 3 do presente documento.
- 5.4. No preço proposto serão computadas todas as despesas para a prestação dos serviços, incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente contratação, constituindo obrigação da **CONTRATADA** o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas e outras despesas selecionadas ao objeto desta contratação e quaisquer despesas extras não especificadas neste Termo de Referência.
- 5.5. É vedada a participação de cooperativas, visto que pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, pela própria natureza do objeto, há necessidade de subordinação jurídica entre a empresa e seu contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade, em consonância com a Súmula TCU 281 e com o art. 10, inciso I da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, em analogia 1.
- PARECER n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU - EMENTA: LICITAÇÕES E CONTRATOS. SOCIEDADES COOPERATIVAS. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES. TERCEIRIZAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. SUPERVENIÊNCIA DA LEI N. 14.133/2021. EXISTÊNCIA DE TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL NOS AUTOS DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA TRABALHISTA. ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DE REVISÃO/REVOGAÇÃO DO TERMO DE CONCILIAÇÃO.
6. - O art. 16 da Lei nº 14.133/2021 deve ser interpretado sistematicamente, e acordo com o arcabouço jurídico que envolve a matéria das Cooperativas, não prejudicando a validade do Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho - MPT e a Advocacia Geral da União - AGU.
7. - Mesmo para as licitações sob a égide da Lei nº 14.133/2021, legítimo o entendimento de que a União deve se abster de celebrar contratos administrativos com cooperativas de trabalho nas hipóteses em que a execução dos serviços terceirizados, por sua própria natureza, demande vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à contratada.
- 5.6. Assim, considera-se de difícil superação que as cooperativas, mesmo sob a lógica da nova lei, venham a participar de modo geral dos certames licitatórios para prestar serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, cujas características encontram-se bem delineadas no artigo 6º, XVI, da Lei nº 14.133/2021, ou seja, em que modelo de execução contratual exija entre outros requisitos, que

- a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;
- b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;
- c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

5.7. No que se refere à participação de consórcios, nos termos do art. 18, inciso IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, e em observância ao entendimento do Tribunal de Contas da União, consubstanciado, entre outros, no Acórdão nº 2.831/2015-Plenário (Rel. Min. Ana Arraes), registra-se que a admissão ou não de consórcios em licitações constitui ato discricionário da Administração, devendo ser exercido com a devida justificativa fundamentada.

5.7.1. No presente caso, embora o critério de julgamento adotado seja o tipo **TÉCNICA E PREÇO**, usualmente associado a objetos de maior complexidade técnica, tal escolha decorre primordialmente de imposição legal específica, qual seja, o disposto nos arts. 5º e 20-A da Lei Federal nº 12.232/2010, aplicáveis aos serviços de comunicação previstos neste Termo de Referência, e não de peculiar complexidade técnica ou de grande vulto econômico do objeto em si.

5.7.2. Com efeito, o objeto desta licitação, consistente na prestação de serviços de assessoria de comunicação e imprensa, produção de conteúdo jornalístico e digital e gestão de canais de comunicação, corresponde a serviços usualmente oferecidos no mercado, cujas características:

I – podem ser claramente descritas e delimitadas por meio das especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, permitindo a definição de padrões objetivos de desempenho e qualidade;

II – não demandam a conjugação de competências altamente especializadas de naturezas distintas, que exijam a formação de consórcios para sua adequada execução;

III – não apresentam características de obra ou contratação de grande vulto, tampouco exigem aportes financeiros ou investimentos extraordinários que justifiquem a associação de empresas.

5.7.3. Os investimentos necessários para a execução do objeto (equipamentos, softwares, estrutura de pessoal e logística) são compatíveis com a capacidade econômica e operacional de uma única empresa atuante no ramo, não havendo necessidade de divisão de riscos ou de somatório de capacidades econômicas e técnicas que usualmente fundamentam a formação de consórcios.

- 5.7.4. As expertises exigidas para a execução do contrato concentram-se no campo da comunicação institucional, jornalismo, produção de conteúdo e gestão de mídias digitais, não sendo tão diversificadas a ponto de demandar a associação de empresas com perfis técnicos distintos. Assim, uma única empresa especializada é plenamente capaz de reunir os profissionais e meios necessários ao cumprimento integral das obrigações contratuais.
- 5.7.5. Ademais, a prestação de serviços decorrente da presente contratação não contém especificidades que exijam equipamentos singulares, tecnologia proprietária de difícil acesso ou pessoal altamente diferenciado que só pudessem ser providos por empresas distintas atuando em consórcio. O objeto é, portanto, perfeitamente exequível por uma única contratada, sem necessidade de subcontratações estruturais ou de consórcios.
- 5.7.6. Sob a ótica da competitividade, considera-se que a admissão de consórcios, em licitação cujo objeto pode ser atendido por empresas individualmente, não traria ganho efetivo de competição e, ao contrário, poderia inclusive reduzir o número de proponentes independentes, favorecendo a concentração de propostas em poucos agrupamentos empresariais. A vedação à participação de consórcios, neste caso concreto, tende a ampliar o universo de potenciais concorrentes, aumentando a disputa e, conseqüentemente, a possibilidade de se obter melhores propostas técnicas e econômicas, em benefício da Administração.
- 5.7.7. Diante do exposto, embora o critério de julgamento **TÉCNICA E PREÇO** seja adotado em atenção à legislação específica (Lei nº 12.232/2010) e à natureza intelectual dos serviços de comunicação, não se verifica, no caso concreto, complexidade técnica, diversidade de expertises ou vulto econômico que justifiquem a participação de consórcios, razão pela qual a vedação à participação de empresas em consórcio mostra-se medida razoável, proporcional e alinhada ao interesse público, nos termos do art. 18, inciso IX, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.8. Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a SMAS/CMDCA poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e art. 589 do RGCAF.
- 5.9. A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por 12 (doze) meses contados desta ou da data estabelecida no memorando de início, se houver
- 5.8. Para a elaboração da proposta de preços, a licitante deverá observar a legislação trabalhista aplicável, inclusive o piso salarial e demais benefícios previstos na Convenção ou no Acordo Coletivo de Trabalho correspondente à categoria profissional envolvida na prestação dos serviços, quando houver vínculo empregatício entre os profissionais e a contratada, nos termos da

atividade preponderante da empresa ou, se for o caso, do artigo 581, §1º, da CLT.

- 5.9. A Convenção ou Acordo Coletivo adotado deverá abranger a base territorial onde os serviços serão prestados e estar em vigor na data designada para o início da sessão pública, devendo a licitante comprovar sua aplicabilidade mediante apresentação do instrumento coletivo devidamente registrado no Ministério do Trabalho ou, ao menos, do protocolo de registro.
- 5.10. A licitante deverá indicar, em sua proposta, o piso salarial e os benefícios trabalhistas incidentes, quando decorrentes de lei, Convenção Coletiva ou Acordo Coletivo, anexando o respectivo instrumento coletivo à proposta, sempre que houver vínculo empregatício com os profissionais indicados, conforme modelo de planilha de custos, anexo xxxx deste Termo de Referência.
- 5.11. No caso de profissionais que não mantenham vínculo empregatício com a contratada — tais como autônomos, Microempreendedores Individuais (MEI) ou Pessoas Jurídicas individuais — a formação dos preços deverá observar os parâmetros legais aplicáveis à contratação civil e comercial, em especial os artigos 593 a 609 do Código Civil (contrato de prestação de serviços), a Lei Complementar nº 128/2008 (que disciplina a figura do MEI), bem como as normas tributárias incidentes sobre tais vínculos. Nesses casos, não se aplicam pisos salariais ou benefícios previstos em Convenções ou Acordos Coletivos, por inexistência de relação de emprego, nos termos dos artigos 2º e 3º da CLT.
- 5.12. A apresentação de profissionais vinculados por contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços autônomos, MEI ou Pessoa Jurídica individual não será considerada subcontratação, haja vista tratar-se de forma de composição da equipe técnica exigida para a execução do objeto, conforme autorizado neste Termo de Referência. Todos os profissionais deverão atuar sob responsabilidade direta da contratada, nos termos do art. 121, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto.
- 5.13. Independentemente da forma de vínculo escolhida, a contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto, pela supervisão da equipe alocada, e pelo cumprimento de todas as obrigações legais, contratuais, previdenciárias, fiscais, trabalhistas e acessórias decorrentes.
- 5.14. Os profissionais alocados para a execução do objeto da contratação deverá comparecer nos locais sinalizados pelo CMDCA-Rio, no horário de início do seu posto de trabalho, devidamente uniformizado e portando crachás de identificação funcional constando, no mínimo, as seguintes informações: nome

da empresa; nome do funcionário; número do documento de identidade e fotografia recente.

- 5.15. As obrigações da **CONTRATADA** foram definidas por item próprio neste Termo de Referência.
- 5.16. A prestação do serviço ocorrerá na sede da **CONTRATANTE**, de acordo com o horário de funcionamento do setor em que os profissionais serão alocados e completando 44 (quarenta e quatro) horas semanais para cada empregado.
- 5.17. Os turnos de serviços terão seus horários organizados pela equipe gestora da área técnica da **CONTRATANTE** em comum acordo com a **CONTRATADA**, nos quais os profissionais serão alocados, de acordo com as suas atribuições e condições definidas neste Termo de Referência.
- 5.18. A prestação dos serviços ocorrerá nas dependências da **CONTRATANTE**, observando-se o horário de funcionamento do setor onde os profissionais serão alocados, devendo cada empregado cumprir jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.
- 5.19. Os turnos de trabalho serão organizados pela equipe gestora da área técnica da **CONTRATANTE**, em comum acordo com a **CONTRATADA**, de modo a garantir a adequada alocação dos profissionais, conforme suas atribuições e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 5.20. Em situações excepcionais, em razão do cumprimento da agenda de eventos do CMDCA, a execução dos serviços poderá ocorrer aos sábados e domingos, bem como em feriados oficiais (nacionais, estaduais e/ou municipais) e em dias de ponto facultativo.
- 5.21. Caberá exclusivamente à **CONTRATADA** suportar todos os custos decorrentes da prestação dos serviços nas hipóteses previstas no item anterior deste Termo de Referência, sem ônus adicional para a **CONTRATANTE**, incluindo integral responsabilidade pelo pagamento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e quaisquer outras obrigações legais relacionadas aos profissionais envolvidos na execução do objeto.

8. SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO

- 8.1. Trata-se de serviços técnicos especializados de comunicação institucional, compreendendo, de forma integrada, atividades de assessoria de comunicação e de imprensa, produção de conteúdo jornalístico e digital e gestão de canais de comunicação, destinados ao atendimento das demandas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro – CMDCA-Rio, nos termos deste Termo de Referência.
- 8.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se no conceito previsto no art. 20-B da Lei Federal nº 12.232/2010 e atendem aos pressupostos estabelecidos no Decreto Rio nº 51.689/2022, por envolverem atividades de natureza eminentemente intelectual, ligadas à comunicação institucional, planejamento e execução de ações de divulgação.
- 8.3. A prestação dos serviços não gera qualquer vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração Pública, sendo vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta entre os profissionais da contratada e o CMDCA-Rio, nos termos da legislação trabalhista e administrativa aplicável.
- 8.4. Compõem a gama de ações a serem realizadas pela **CONTRATADA** na parte de assessoria de imprensa e conteúdo jornalístico:
 - 8.4.1. Manter interlocução permanente entre o CMDCA-Rio e a imprensa.
 - 8.4.2. Criar e produzir informativo eletrônico mensal, com envio para o mailing do CMDCA-Rio e publicação no site institucional.
 - 8.4.3. Pesquisar, elaborar e enviar pautas para veículos de comunicação.
 - 8.4.4. Elaborar plano de comunicação para os projetos e ações a serem divulgados, com detalhamento de:
 - a) mensagens-chave;
 - b) veículos a serem contatados;
 - c) estratégias e cronograma de divulgação.
 - 8.4.5. Manter contato sistemático (presencial, telefônico ou virtual) com jornalistas, formadores de opinião e influenciadores digitais que atuem nas áreas de interesse do CMDCA-Rio.
 - 8.4.6. Realizar agendamento e preparação dos entrevistados, incluindo:
 - a) orientações de comportamento;
 - b) elaboração de briefing;
 - c) roteiros de informação;
 - d) treinamentos on-line ou presenciais;bem como acompanhar as entrevistas.
 - 8.4.7. Efetuar cobertura jornalística de eventos e ações do Conselho.
 - 8.4.8. Redigir notas, releases e notícias para divulgação em diferentes canais.

- 8.4.9. Recepcionar e acompanhar profissionais de imprensa presentes em eventos ou pautas previamente agendadas.
- 8.4.10. Acompanhar, sempre que demandado, entrevistas concedidas por representantes do CMDCA-Rio.
- 8.4.11. Redigir e revisar artigos com foco na atuação e nas temáticas do CMDCA-Rio, apoiando a adequação da mensagem a cada veículo e empregando esforços para sua publicação.
- 8.4.12. Enviar clipping de matérias veiculadas sobre a temática do Conselho, conforme pautas divulgadas.
- 8.4.13. Apresentar relatórios mensais de exposição na mídia, acompanhados do respectivo clipping, com consolidação dos resultados das ações de assessoria de imprensa.
- 8.4.14. Manter e disponibilizar mailing atualizado de jornalistas e de veículos de comunicação da imprensa nacional.
- 8.5. Compõem a gama de ações a serem realizadas pela **CONTRATADA** na parte de produção de conteúdo digital e gestão de canais de comunicação on-line:
- 8.5.1. Administração de conteúdo no site institucional do CMDCA-Rio, incluindo:
- a) elaboração e publicação de conteúdos (vídeos, cards, fotos e etc) articulado com a Comissão de Comunicação do CMDCA-Rio;
 - b)) comunicar, imediatamente, ao Conselho qualquer alteração do cronograma de postagens ou dificuldade na elaboração de conteúdo;
- 8.5.2. Redigir conteúdos para notas, postagens e demais materiais de comunicação, tais como flyers, folhetos, sites, hotsites, redes sociais, e-mail marketing, entre outros.
- 8.5.3. Realizar revisão de conteúdos diversos, garantindo correção gramatical e adequação da linguagem às diretrizes institucionais.
- 8.5.4. Enviar textos, fotos e vídeos para publicação em redes sociais, especialmente quando em acompanhamento e cobertura de eventos.
- 8.5.5. Criar layouts e providenciar a impressão de materiais gráficos (convites, banners, folhetos, cartilhas, planos, estatutos, entre outros) das reuniões e eventos do Conselho.
- 8.5.6. Criar conteúdos específicos para o site e redes sociais do CMDCA-Rio.

8.5.7. Prestar apoio técnico na realização de transmissões on-line, webinários, lives e eventos virtuais similares.

8.5.8. Criar, gerenciar e realizar a manutenção das redes sociais do CMDCA-Rio, incluindo, no mínimo: Facebook, Instagram, YouTube, LinkedIn, TikTok, X (antigo Twitter) e outras que venham a ser adotadas pelo Conselho.

8.5.9. Investir em plataformas digitais e ferramentas de impulsionamento para distribuição dirigida dos conteúdos publicados nas redes sociais, campanhas que envolvam seu público alvo (FMADCA - Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente) e datas alusivas que dialoguem com a pauta, conforme diretrizes e autorização prévia do CMDCA-Rio.

8.6. Regras gerais para produção e aprovação de conteúdos:

8.6.1. Para a redação dos conteúdos, sempre que necessário, é responsabilidade da **CONTRATADA**:

- a) colher entrevistas;
- b) buscar conteúdos-base;
- c) realizar pesquisas;
- d) adotar quaisquer outras ações necessárias ao bom andamento da produção textual e visual do Conselho.

8.6.2. Todos os conteúdos elaborados deverão ser enviados previamente ao CMDCA-Rio para análise e aprovação antes da publicação ou veiculação.

8.6.3. Todo conteúdo deverá ser entregue revisado e pronto para uso, sem erros ortográficos e/ou de digitação, devendo as respectivas artes e arquivos ser fornecidos em formato editável (aberto) para fins de arquivamento e eventual reuso pelo CMDCA-Rio.

8.6.4. Serão realizadas reuniões de pauta semanais, ou com outra periodicidade definida em conjunto, de forma on-line ou presencial, para acompanhamento, alinhamento dos trabalhos e definição/sugestão de pautas.

8.6.5. A **CONTRATADA** deve garantir que todo o conteúdo produzido seja inédito e, quando houver uso de textos, imagens, trilhas ou outros materiais de terceiros, deverá:

- a) obter as devidas autorizações;
- b) dar os créditos correspondentes;
- c) isentar o CMDCA-Rio de qualquer ônus decorrente de direitos autorais, de imagem ou conexos.

8.6.6. A **CONTRATADA** deverá levantar informações sobre eventos relacionados à temática de direitos da criança e do adolescente, com vistas a pautar a possível participação do Conselho, bem como realizar levantamento sobre projetos e empresas com potencial para captação de recursos para o FMADCA-Rio.

8.6.7. A **CONTRATADA** deverá entregar clipagem mensal, em versão eletrônica, contendo as matérias publicadas que tenham o CMDCA-Rio e/ou seus gestores e representantes como fonte, segmentadas por tipo de veículo de comunicação (TV, rádio, jornal, site, revista).

8.6.8. Na clipagem, deverão constar, no mínimo:

- a) número total de reportagens/publicações, com distribuição por assunto;
- b) no caso de conteúdos de TV e rádio, a data da entrevista, o nome do entrevistado e o respectivo veículo de comunicação.

9. EQUIPE TÉCNICA

A empresa vencedora deverá indicar, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a homologação e adjudicação do objeto, no mínimo 5 (cinco) profissionais para a execução do contrato, todos devidamente qualificados. Cada profissional deverá possuir, no mínimo, graduação em Comunicação Social, com habilitação específica em Jornalismo e/ou Publicidade/Marketing, conforme as atribuições previstas neste Termo de Referência.

Equipe técnica mínima

TABELA 1 – EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA				
Cargo	Local	Qualificação Acadêmica mínima	Complementação	Experiência Mínima
Coordenador	CMDCA	Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo e/ou Publicidade/ Marketing	Administrar e apoiar os processos de comunicação, comumente focados em informar o público-alvo sobre eventos e atualizações dignas de notícias. Exercer o papel de gerenciamento de campanhas de comunicação, tais como a coleta de informações para desenvolver atualizações de notícias ou comunicados à imprensa e sociedade em geral. Escrever e distribuir em comunicados à imprensa e outras mensagens. Conectar públicos diversos interessados internos e a mídia ou outros contatos externos. Administrar os calendários, campanhas e ações do Conselho e ser o interlocutor junto aos coordenadores e ou representantes da contratante.	10 anos
Redator/assessor de imprensa	CMDCA	Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo e/ou Publicidade/ Marketing	Criação do plano de comunicação e das estratégias midiáticas para a imprensa. Responsável pelos canais internos e externos para divulgar os produtos e serviços para funcionários, clientes e a própria imprensa. Elaborar campanhas publicitárias com o intuito de apresentar os serviços e produtos, sejam eles de interesse público. Estabelecer vínculos com jornalistas e a	5 anos

			<p>mídia como um todo, com o objetivo de definir um fluxo de informação sobre a instituição na imprensa. Zelar pela imagem institucional do CMDCA-Rio,</p> <p>acompanhando os veículos de comunicação e elaborando ações de endomarketing (marketing interno).</p>	
Diagramador/ Produtor editorial	CMDCA	Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo e/ou Publicidade/ Marketing	<p>Ter habilidades em revisão de textos, conhecimento da língua portuguesa e capacidade de criar layouts e diagramas. Boa comunicação escrita e verbal, organização, capacidade de lidar com prazos e trabalhar em equipe. Domínio de softwares como Adobe InDesign, Illustrator e Photoshop. Ter domínio de idiomas como Inglês são diferenciais.</p>	5 anos
Designer Gráfico	CMDCA	Designer Gráfico/ Comunicação Visual	<p>É crucial possuir domínio de softwares como: Photoshop, Illustrator, InDesign, Figma. Pois será necessária a criação de logotipos, outdoors, banners, cartões de visita, panfletos, embalagens e peças gráficas em geral de campanhas, eventos e ações. Elaboração e criação de conteúdos diversos digitais.</p> <p>Produção visual de sites, blogs, banners, panfletos digitais e peças publicitárias digitais em geral.</p> <p>Diagramação de jornais, revistas, infográficos, livros etc. Criação de identidades visuais e campanhas em geral com fins jornalísticos e ou publicitários.</p>	3 anos

Fotógrafo - Videomaker:	CMDCA	Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo e/ou Publicidade/ Marketing	<p>É importante salientar a necessidade do conhecimento de fotografia, vídeo, filmmaking e suas especificidades.</p> <p>Realizar fotos com equipamentos como câmeras DSLR ou Mirrorless, tripés, cartões de memória, etc.</p> <p>Ter habilidades no tratamento de imagens, com domínio em programas como Adobe Photoshop e Lightroom, edição, com domínio de programas Adobe Premiere ou Final Cut.</p> <p>Conhecimento de iluminação e captação de áudio.</p>	3 anos
-------------------------	-------	-----------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------

Atribuições dos cargos

1. Coordenador(a) de Comunicação

Responsável por administrar e apoiar os processos de comunicação institucional, voltados à divulgação de eventos, ações e informações de interesse público. Deverá gerenciar campanhas e estratégias de comunicação, realizar a coleta e consolidação de informações para elaboração de atualizações, notícias e comunicados à imprensa e ao público em geral. Elaborar, revisar e distribuir comunicados, notas e demais peças informativas. Atuar como ponto focal entre a **CONTRATANTE**, os diversos públicos internos e externos, inclusive a mídia. Organizar calendários editoriais, acompanhar ações, planejar atividades e atuar como interlocutor direto junto aos coordenadores e/ou representantes da **CONTRATANTE**.

2. Redator(a) / Assessor(a) de Imprensa

Responsável pela elaboração do plano de comunicação e definição das estratégias midiáticas institucionais. Atuar na gestão de canais internos e externos de comunicação para divulgação de ações, serviços e campanhas. Elaborar campanhas publicitárias e conteúdos de interesse público ou institucional. Estabelecer relacionamento com jornalistas e veículos de mídia, assegurando fluxo contínuo e adequado de informações sobre o CMDCA-Rio. Acompanhar a imagem institucional nos meios de comunicação, propor ações corretivas e preventivas e desenvolver iniciativas de endomarketing.

3. Designer Gráfico
Responsável pela criação e produção de materiais gráficos, tais como logotipos, banners, cartazes, panfletos, peças digitais e demais elementos visuais para campanhas, eventos e ações. Elaborar conteúdos gráficos digitais para websites, blogs, redes sociais e demais canais de comunicação. Realizar diagramação de jornais, revistas, relatórios, infográficos, livros e outros materiais editoriais. Desenvolver identidades visuais, layouts e peças publicitárias, atendendo aos objetivos jornalísticos e/ou publicitários da **CONTRATANTE**.
4. Diagramador(a) / Produtor(a) Editorial
Executar atividades de revisão textual, elaboração de layouts e diagramação de materiais editoriais. Exige-se domínio da língua portuguesa, boa comunicação escrita e verbal, organização e capacidade de trabalho em equipe, bem como habilidade para cumprimento de prazos. É necessário domínio dos softwares Adobe InDesign, Illustrator e Photoshop. Conhecimento de programas governamentais (como PNLD) e, quando aplicável, domínio de idiomas — especialmente Inglês — serão considerados diferenciais.
5. Fotógrafo(a) / Videomaker
Responsável pela realização de registros fotográficos e audiovisuais utilizando equipamentos profissionais, como câmeras DSLR ou Mirrorless, tripés e acessórios. Exige-se domínio de técnicas de tratamento e edição de imagens, utilizando softwares como Adobe Photoshop e Lightroom, bem como competências em edição de vídeo em Adobe Premiere ou Final Cut. Deve possuir conhecimentos de iluminação, enquadramento e captação de áudio, assegurando qualidade técnica adequada aos materiais institucionais produzidos.

DAS OBRIGAÇÕES E

RESPONSABILIDADES DA

CONTRATADA

A **CONTRATADA**, além do fornecimento da mão de obra, produtos, materiais e equipamentos em quantidade suficiente e necessária para a perfeita execução do objeto.

A contratada deverá disponibilizar aos profissionais que executarão os serviços contratados, ferramentas próprias de trabalho, que se fizerem necessárias para o perfeito andamento das tarefas, como notebook, câmeras - mirrorless com estabilização de imagem no corpo (IBIS).e smartphones com capacidade de gravação de até 8K.- DSLR

com sensor APS-C ou Full Frame (lentes 24-105mm, 50mm, 16-35mm e 70-200mm); microfones de lapela e shotgun direcional; 2 painéis de LED com temperatura de cor ajustável (3200K a 5600K) e intensidade regulável. - Softbox (difusores de LED e grid colmeia, indicados para retratos, entrevistas e gravações em ambientes internos) e locomoção própria. A contratada ficará responsável pela organização de toda a logística necessária para a realização das atividades propostas, mantendo suporte inerente aos serviços a serem executados, garantindo serviço de alto padrão, sem custo adicional.

Fornecer quaisquer outros equipamentos que se fizerem necessários aos seus empregados no exercício de suas funções;

Fornecer crachás de identificação a todos os empregados e providenciar substituições ou reposições sempre que necessário;

Responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelas eventuais perdas e extravios de seus materiais e equipamentos no decorrer da execução dos serviços;

É de responsabilidade da **CONTRATADA** o gerenciamento do contrato, o gerenciamento de pessoal, o controle das atividades desenvolvidas pelos profissionais, o treinamento e capacitação de pessoal e o gerenciamento de contingência para manutenção ininterrupta dos serviços, bem como será de sua responsabilidade eventuais danos causados pela equipe fornecida, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços e quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos.

Ressarcir quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração e/ou terceiros, provocados por ação ou omissão, ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, contratados, convenientes ou prepostos envolvidos na execução do contrato;

Instruir todo o corpo funcional acerca do regulamento interno do prédio, não sendo aceitas as alegações de desconhecimento das normas em vigor. A **CONTRATADA** será responsabilizada em caso de prejuízos ou inadequações comportamentais relativas ao cumprimento do presente Termo;

Observar, rigorosamente, as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, ficando sob sua inteira responsabilidade quaisquer prejuízos causados por eventuais descumprimentos das normas;

A **CONTRATADA** deverá ter recursos humanos suficientes para suprir as demandas, nos casos de férias, afastamentos médicos ou faltas de rotina, de forma a não haver problemas de descontinuidade dos serviços;

.1.8. Responsabilizar-se por todas as despesas com salários de empregados, acidentes de que possam vir a ser vítimas em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas lhes assegurem, ficando responsável, outrossim, por quaisquer danos ou prejuízos causados a terceiros ou ao patrimônio municipal por seus empregados;

Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações fiscais, previdenciárias, trabalhistas e comerciais relativas aos seus funcionários e à execução dos serviços;

Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela **CONTRATANTE**;

Atender no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas as solicitações de substituição de qualquer dos empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para prestação dos serviços;

Suprir a ausência de qualquer funcionário no prazo máximo de 3 (três) horas a contar da comunicação da ausência pela equipe gestora da área técnica da **CONTRATANTE**, que será realizada através de e-mail, informando o nome do funcionário substituto e por quanto tempo acontecerá essa substituição. A não substituição do funcionário dentro do prazo previsto importará em glosa dos valores correspondentes à não prestação do serviço;

Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

Apresentar a cobrança, mediante apresentação de notas fiscais, contendo a descrição clara dos serviços prestados.

Prestar esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizados os números de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contato;

Responsabilizar-se, em caráter irretratável e irrevogável, por quaisquer reclamações trabalhistas ou qualquer outro de natureza administrativa ou judicial, inclusive decorrentes de acidente de trabalho, que venham a ser intentadas por seus empregados, prepostos e/ou colaboradores, a qualquer tempo, arcando

integralmente com o pagamento de indenizações, multas, honorários advocatícios, custas processuais e demais encargos que houverem.

Adotar, no que couber, boas práticas de sustentabilidade, visando a otimização de recursos, redução de desperdícios, menor poluição, racionalização do uso de substâncias tóxicas ou poluentes, promover reciclagem e/ou destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades pertinentes a execução deste contrato e realizar a separação de resíduos recicláveis descartados e a coleta seletiva de materiais para reciclagem, quando for o caso;

Zelar pela proteção dos dados que tiver acesso em decorrência da execução do objeto, evitando o compartilhamento inadequado de informações, sem a devida autorização do gestor do contrato.

DA CONTRATANTE

Exercer a fiscalização dos serviços realizados pela **CONTRATADA**, emitindo, mensalmente, relatórios sobre a qualidade dos serviços prestados;

Designar, como Fiscais do Contrato, servidores para executar operacionalmente as ações de acompanhamento físico, controle e fiscalização do contrato, desempenhando o papel de “**Representante da Administração**” nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21;

Realizar o pagamento pelos serviços efetivamente prestados, após a devida comprovação da execução;

Indicar e disponibilizar as instalações necessárias à execução dos serviços;

Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** e que digam respeito à natureza dos serviços que tenha de executar;

Notificar à **CONTRATADA** quanto às irregularidades identificadas na prestação dos serviços, fixando-lhe prazo para a correção;

Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovada, aplicando-se os eventuais fatores de descontos pelo descumprimento parcial do objeto.

A nota fiscal referente à prestação dos serviços será atestada por três servidores designados através da Resolução “P” publicada em diário oficial;

DA VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de 12(doze) meses, que poderá ser prorrogado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Decreto

ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

O valor da contratação é de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), previsto na deliberação do CMDCA-Rio Nº 1.641/2026 AS/CMDCA, que dispõe sobre alterações no Plano de Aplicação Financeira do Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade do Rio de Janeiro – Exercício 2026.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas oriundas da contratação correrão conforme dados abaixo:

A dotação orçamentária poderá sofrer ajuste/adequação na fase de execução da contratação e a declaração de adequação orçamentária contará em despacho do setor de competência a contar no processo administrativo de contratação.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

3. GARANTIA CONTRATUAL

13.1. A **CONTRATADA** deverá prestar garantia em uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no valor equivalente a 2% (dois) por cento do valor total do Contrato.

13.2. A SMAS/CMDCA-Rio poderá utilizar a garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a **CONTRATANTE** ainda reter créditos.

13.3. Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato poderão ser descontados da garantia caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

13.4. Em caso de extinção do contrato decorrente de falta imputável à **CONTRATADA**, a garantia reverterá integralmente ao **CONTRATANTE**, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Fazem parte da futura contratação as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021;

14.2. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no **CONTRATANTE**.

14.3. Trata-se da contratação de serviços de natureza continuada que englobam preponderantemente a disponibilização de mão-de-obra, cabendo a submissão do presente administrativo à análise e parecer da CODESP, uma vez que o pretenso instrumento se enquadra nas obrigаторiedades previstas nos incisos do Art.3º do Anexo Único do Decreto Rio nº 54.683, de 19 de junho de 2024.

14.4. Declaramos que ao objeto da futura contratação não se aplica o disposto na PORTARIA "N" IPLANRIO Nº 302 DE 09 DE MAIO DE 2023 e no DECRETO Nº 30.648 DE 5 DE MAIO DE 2009, tendo em vista não se tratar de aquisição de bens e/ou contratação de serviço de Tecnologia da Informação, mas de aquisição de bens comuns.

14.5. A futura contratada deverá observar as disposições do DECRETO RIO Nº 55659, de 20 de janeiro de 2025 que Institui o Código de Integridade dos Fornecedores e Colaboradores Externos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, e dá outras providências



Documento assinado digitalmente

MARCIA RODRIGUES PIRES

Data: 27/02/2026 11:39:03-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANEXO I – A

As partes que a esta subscrevem declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, ____ de ____ de 2026.

AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I – B**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA**

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo - As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, ____ de ____ de 2026.

AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO I – C**AUTORIZAÇÃO - DECRETO RIO nº 46.785/2019**

(em papel timbrado da empresa)

[razão social da contratada], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu (sua) representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____ e inscrito (a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº _____, AUTORIZA, para fins do Decreto Rio nº _____, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio do _____ [órgão da Administração Direta] ou da (o) _____ [entidade da Administração Indireta], representado pelo(a) _____ [autoridade administrativa competente para firmar o contrato], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº _____, a fazer desconto em suas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos seus empregados, bem como das contribuições previdenciárias e 5 do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, quando esses não forem adimplidos por esta empresa.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO II

QUADRO ESTIMATIVO DE VALORES

Contratação de empresa especializada em assessoria de comunicação e imprensa, produção de conteúdo jornalístico e digital, e gestão de canais de comunicação para o CMDCA-Rio.

ITEM	CÓDIGO DO MATERIAL	NOME PADRONIZADO DO MATERIAL	U/S	QT D	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	2271530001	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA	UND	12	R\$ 75.000,00	R\$ 900.000,00

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

(CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU FORNECIMENTO CONTÍNUO)

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, e a _____, como CONTRATADA, para _____

Aos dias ____ do mês de _____ do ano de _____, na _____ Rua Afonso Cavalcanti, 455 – 5º - CASS, o **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo Elmo. Subsecretário de Gestão, e a sociedade _____, estabelecida na _____ [endereço da sociedade **CONTRATADA**], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ [representante da sociedade adjudicatária] têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA CO – SMAS Nº 90051/2026, realizado por meio do processo administrativo nº ____/____/____, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF, instituído pela Lei nº 207/1980, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/1990, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/1981, e suas alterações, pela **Decretos Municipais nº 17.907/1999, 18.835/2000, 21.083/2002, 21.253/2002, 22.136/2002, 27.715/2007, 31.349/2009, 40.285/2015 c/c 48.365/2021, 40.286/2015, 46.195/2019, 49.415/2021, 51.260/2022, 51.628/2022, 51.629/2022, 51.631/2022, 51.632/2022, 51.634/2022, 51.635/2022 e 51.689/2022**, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da **CONTRATADA** e pelas disposições deste Contrato. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria de comunicação e imprensa, produção de conteúdo jornalístico e digital, bem como na gestão de canais de comunicação, destinada ao atendimento das demandas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de

Janeiro – CMDCA, conforme especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, por um período de 12 (doze) meses, que poderá ser prorrogado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Decreto Rio nº 51.078/2022, enquadrado na Classificação de Serviços do Município na Classe 227072, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Concorrência Eletrônica nº 90051/2026), na forma abaixo descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº ASS-PRO-2024/03143, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços/fornecimento dos bens.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R\$ _____ (_____ reais).

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Primeiro – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado ou dos bens fornecidos será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Terceiro – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro, sem que o(a) Secretaria Municipal de Assistência Social esteja obrigado(a) a pagar o valor total do Contrato.

Parágrafo Quarto – Quando se tratar de prestação de serviço com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, a CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do **FGTS e INSS** de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração de observância das normas de saúde e segurança do trabalho e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no Secretaria Municipal de Assistência Social e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Sétimo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

Págrafa Oitavo - O pagamento será efetuado à CONTRATADA, mediante apresentação de Requerimento, Nota Fiscal, Fatura ou Duplicata, devidamente atestados pelo setor competente, através de crédito em conta bancária do fornecedor cadastrado junto à Coordenação do Tesouro Municipal, conforme o disposto na Resolução SMFP nº 3328 de 03.03.2023, contados da data da apresentação, através de crédito em conta bancária do fornecedor cadastrado junto à Coordenação do Tesouro Municipal, disposto na Portaria FP/SUBEX/SUPTM Nº 01, de 26.02.2025, efetuados somente em c/c aberta no Banco SANTANDER (Brasil) S.A., conforme contrato nº 104/2022 – SMFP, firmado com o Município do Rio de Janeiro, cujo extrato foi publicado no D.O. Rio nº 84, de 19/07/2022, página. 107, observando os casos de dispensas descritos no artigo 1º parágrafo 1º. Destarte, que o fornecedor deverá, obrigatoriamente, apresentar na Nota Fiscal o número da conta bancária e sua respectiva agência onde ocorrerá o pagamento do débito para possível conferência da conta cadastrada junto a Superintendência Executiva do Tesouro Municipal

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado (Consolidação da Pesquisa de Preços) em 06 de fevereiro de 2026, observada a Lei Federal no 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA–E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA–E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA–E mensal relativo ao mês do orçamento estimado;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro – Observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

Parágrafo Quarto – A repactuação terá data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 30 (trinta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto do presente Contrato serão executados sob o regime de *Empreitada por Preço Global*, conforme as especificações constantes do Termo de Referência ou Projeto Básico.

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução dos serviços ou do fornecimento dos bens caberá a comissão designada por ato do Subsecretário de Gestão. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços ou dos bens fornecidos, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados ou bens fornecidos, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus

prepostos.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de _____ no valor de R\$ _____ equivalente a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato.

Parágrafo Primeiro – A Secretaria Municipal de Assistência Social se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão **descontados da garantia** caso não venham a ser quitados no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de extinção decorrente de ato praticado pela CONTRATADA, a garantia reverterá ao CONTRATANTE para execução na forma do inciso III, do art. 139 da Lei 14.133/2021. Quando a garantia for insuficiente, o CONTRATANTE promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada.

1) Caso seja utilizada garantia modalidade de Caução em Dinheiro (art. 96, § 1º, I, 1ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – Na hipótese de **descontos da garantia** a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de **7 (sete) dias úteis**, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de **48 (quarenta e oito) horas**, sempre contados da utilização ou da notificação pelo Secretaria Municipal de Assistência Social, o que ocorrer por último, sob pena de extinção administrativa do Contrato.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o **art. 465 do RGCAF** e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

2) Caso seja utilizada garantia na modalidade de Seguro–Garantia (art. 96, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021)

Parágrafo Quarto – A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de XX (XXX) dias para apuração de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

Parágrafo Quinto – A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

Parágrafo Sexto – No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro–garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar-se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Parágrafo Sétimo – As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato,

Parágrafo Nono – A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, – fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

Parágrafo Décimo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o **art. 465 do RGCAF**.

3) Caso seja utilizada a garantia na modalidade Fiança–Bancária (art. 96, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Quinto – A fiança bancária será apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

Parágrafo Sexto – A fiança bancária deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de **XX (XXX)** dias para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira.

Parágrafo Sétimo – No instrumento de fiança bancária constará renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Contratante, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.

Parágrafo Oitavo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Nono – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o **art. 465 do RGCAF**.

4) Caso seja utilizada garantia modalidade Caução Títulos Públicos (art. 96, § 1º, I, 2ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – A contratada entregará, até a data da assinatura do contrato, os Títulos da Dívida Pública emitidos na forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia ou órgão que o suceder, no Órgão responsável pela contratação, para aferição de sua legalidade, registro e anexação ao processo de contratação.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o **art. 465 do RGCAF**.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por 12 (doze) meses contados da referida publicação ou da data estabelecida no memorando de início, se posterior.

Parágrafo Primeiro – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo – No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais

normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

I – prestar os serviços ou fornecer os bens de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;

III – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

IV – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

V – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os serviços ou bens recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;

VI – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa execução do contrato até o seu término:

a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município do Rio de Janeiro ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) as retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município do Rio de Janeiro ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município do Rio de Janeiro ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

d) eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VII – responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados, e dos materiais empregados e bens fornecidos, em conformidade com as especificações do Projeto Básico/Termo de Referência, com as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo(a) *Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - AS/SECMDCA*, assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais e bens recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

VIII – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do contrato durante todo prazo de execução contratual;

IX – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

X – observar o disposto no Decreto Municipal nº 27.715/07 e suas alterações posteriores, no que couber;

XI – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas, aquiesce à adoção, entre outras medidas, a serem adotadas pela Administração:

a) condicionamento o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;

b) depósito de valores em conta vinculada;

c) em caso de inadimplemento, o pagamento das verbas trabalhistas aos seus titulares, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;

d) estabelecimento de que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

XII – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, apresentar quando, solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

a) registro de ponto;

b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

c) comprovante de depósito do FGTS;

d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XIII – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, autoriza a Administração CONTRATANTE a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;

XIV – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XV – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XVI – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XVII – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVIII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações;

XIX – entregar o Questionário Eletrônico de Integridade e Transparência devidamente preenchido, conforme o parágrafo único do art. 7º do Decreto Rio nº 49.415/2021;

XX - observar as vedações contidas no Decreto Rio nº 51.260/2022, que dispõe sobre a obrigatoriedade de observância dos princípios e regras de integridade pública por parte dos agentes públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro;

XXI – comprovar a implantação de programa de integridade nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, de que trata o § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021;

XXII – efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observando a alíquota aplicável e o procedimento disposto no Decreto Rio nº 49.593, de 18 de outubro de 2021, e alterações posteriores;

XXIII - Promover, sem ônus para o contratante, nos casos de remoção de vegetação, a solicitação de autorização para a remoção e posterior implantação das medidas compensatórias correspondentes, nos termos da legislação em vigor;

XXIV - Manter o registro da medida compensatória realizada de modo a ser apresentada ao contratante quando solicitado.

XXV - Realizar prova da disponibilidade de veículos e equipamentos, em conformidade com o Quadro de Equipamentos (Anexo ____), indispensáveis à execução do objeto do contrato, em todas as suas fases, mediante apresentação de relação explícita e declaração formal das disponibilidades exigidas, quando for o caso.

XXVI - Manter as condições apresentadas na proposta vencedora, caso a execução do presente contrato importe na sua exclusão do regime do SIMPLES NACIONAL.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;

II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

I - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da execução do presente contrato administrativo independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

II - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da adequação, o da necessidade e o da finalidade específica, bem como as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE.

III - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei e nesse contrato.

IV - Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, restringindo-se ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, hipótese em que a SUBCONTRATADA ficará sujeita aos mesmos limites e obrigações legais e contratuais relativos à LGPD impostos à CONTRATADA, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável por garantir a sua observância perante o CONTRATANTE.

V - É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

VI - A CONTRATADA é responsável pelo uso indevido e em desconformidade com a LGPD e com este contrato que seus empregados, colaboradores, prepostos, consultores ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados pessoais.

VII - A CONTRATADA deve adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

VIII - O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo realizar diligências, inspeções e auditorias, a fim de zelar pelo cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender, no prazo indicado pelo CONTRATANTE, eventuais pedidos de comprovações formulados.

IX - A fiscalização do CONTRATANTE não exime, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da LGPD e desse ajuste.

X - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

XI - Na hipótese de ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, a CONTRATADA deve comunicar ao CONTRATANTE o fato em, no máximo, 24 horas, contados da sua ciência, para que este possa comunicar à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e ao Titular, na forma do art. 48 da LGPD.

XII - A CONTRATADA deverá manter banco de dados – art. 5º, IV da LGPD – em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, disponibilizando-o quando solicitado, na forma dos arts. 25 e 37 da LGPD.

XII.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

XIII - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, os dados pessoais serão transferidos ao CONTRATANTE, assegurada a integridade e disponibilidade dos dados recebidos, e eliminados definitivamente pela CONTRATADA.

XIII.1 - O CONTRATANTE manterá os dados pessoais necessários ao cumprimento do art. 16 da LGPD somente enquanto não prescritas essas obrigações.

XIV - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Obs.: Em contratos que envolvam o tratamento de dados no seu objeto, recomenda-se avaliar a inclusão de disposição sobre transferência internacional de dados, estabelecendo a sua vedação ou alguma rotina para sua eventual realização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO.

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pelo _____ [autoridade competente], na forma do art. 501 do RGCAF, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo – Os serviços prestados ou bens fornecidos em desacordo com a especificação do Edital e seus Anexos, e da Proposta deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de recusa de recebimento, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços ou fornecer os bens não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não atenda à exigência no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução ou o seu fornecimento às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, o(a) Secretaria Municipal de Assistência Social poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

- (a) **Advertência;**
- (b) **Multa;**
- (c) **Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;**
- (d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

- 1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela/etapa em atraso do Contrato, nos primeiros 15 (quinze) dias de atraso;
- 2) 0,3% (três décimos por cento) até 0,4% (quatro décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, a partir do 16º (décimo sexto) dia útil de atraso;
- 3) após o 15º (décimo quinto) dia útil de atraso na execução do contrato, a Administração poderá optar pela extinção unilateral da avença e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato;
- 4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o

máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a extinção do Contrato e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor saldo do Contrato;

6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2		
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços ou fornecimentos contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço ou fornecer bem determinado pela fiscalização, por serviço/bem e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de extinção unilateral do Contrato.

Parágrafo Quarto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO do ato que as impuser.

Parágrafo Quinto- O valor das multas vencidas e não pagas deverá ser compensado com as quantias devidas à CONTRATADA e/ou executada a garantia.

Parágrafo Sexto - Quando do vencimento da penúltima e/ou da última fatura do contrato, o valor de eventual multa ainda pendente de recurso ou não vencida deverá ser retido das quantias devidas à CONTRATADA.

Parágrafo Sétimo - Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção administrativa do Contrato.

Parágrafo Oitavo - As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Nono - A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do caput desta Cláusula é da competência do(a) *[setor competente do órgão ou entidade contratante]* e a da alínea “d” é da competência exclusiva do titular do órgão ou autoridade máxima da entidade CONTRATANTE Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Décimo - A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Décimo Primeiro - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

- a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do caput da Cláusula anterior;
- b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “e” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as **alíneas “a” e “b”** do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 529, do RGCAF, e no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da extinção do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a

CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA VISÉSIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à execução deste Contrato correrão à conta do Programa de Trabalho, Código de Despesa _____, tendo sido empenhada a importância de R\$ _____, por meio da Nota de Empenho nº _____, ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo estabelecido no art. 441 do RGCAF, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Município na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital por meio do qual foi licitada a aquisição objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de extinção do Contrato;
- b) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- c) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E
SEGURANÇA DO TRABALHO**

DECLARO, sob a penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto ao(à) _____ [*órgão ou entidade CONTRATANTE*], que, na execução do presente contrato, são devidamente observadas as normas de saúde e segurança do trabalho pertinentes.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO REF. ARTIGO 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO RIO Nº 19.381/2001 E ART. 9º, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não participam dos nossos quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do parágrafo único do artigo 2º do Decreto Rio nº 19.381/01.

DECLARAMOS, de igual turno, sob as penalidades cabíveis, que não dispomos em nosso quadro societário de nenhum familiar de agente público vinculado direta ou indiretamente a unidades administrativas na linha hierárquica daquela encarregada da contratação, independentemente da modalidade adotada, nos termos do art. 7º do Decreto Rio nº 49.414/2021.

DECLARAMOS, ainda, que não participam de nossos quadros funcionais agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VII

DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO RIO Nº 23.445/2003

(em papel timbrado da empresa)

_____[*órgão ou entidade licitante*] Ref. Licitação nº
_____/_____[*denominação/razão social da
sociedade empresarial*], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº
_____, por intermédio do seu(sua) representante legal o(a) Sr.(a)
_____, portador(a) da carteira de identidade nº
_____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº
_____, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei
Federal nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: () Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VIII

**DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO IX

DECLARAÇÃO ME/EPP
(em papel timbrado da empresa)

_____[denominação/razão social da sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu(sua) representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº _____, DECLARA, para fins do disposto no item _____ do Edital de nº ____/____ e sob as penas da lei, atender os requisitos para enquadramento como microempresa/empresa de pequeno porte e não incorrer em qualquer dos impedimentos para se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado correspondente conferido pela legislação em vigor, nos termos do artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/06.

RESSALVA: () Há regularidade fiscal () Não há regularidade fiscal

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

A presente Declaração deverá ser acompanhada de certidão expedida pela Junta Comercial da sede ou do domicílio da microempresa ou empresa de pequeno porte licitante para comprovação do respectivo enquadramento como tal, apresentada no original ou em cópia autenticada, conforme Instrução Normativa nº 103/2007 do DNRC, publicada no DOU de 22/05/2007.

ANEXO X

MODELO DE PROPOSTA

À

Secretaria Municipal de Educação

Att. Sr. _____

Razão Social: _____

CPF/CNPJ: _____

Endereço: _____

E-mail: _____ Telefone: () _____

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

I – CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA

A presente proposta é válida por 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

II – OBJETO: O objeto da presente licitação é a prestação de serviços/o fornecimento contínuo de de serviços de assessoria de comunicação e imprensa, produção de conteúdo jornalístico e digital, bem como na gestão de canais de comunicação, destinada ao atendimento das demandas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro – CMDCA, conforme especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, por um período de 12 (doze) meses, que poderá ser prorrogado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Decreto Rio nº 51.078/2022, enquadrado na Classificação de Serviços do Município na Classe 227072, devidamente descritos, caracterizados e especificados neste Edital e/ou no Termo de Referência, na forma da lei., conforme as especificações constantes deste Edital e/ou do Termo de Referência.

III – PLANILHA DE PREÇOS

Item	Código do Material	Descrição Detalhada	U/C	Qtd. [A]	Marca / Fabricante	Valor Unitário [B]	Valor total [C=A*B]

A presente proposta corresponde ao valor total de R\$ _____

(_____).

Declaramos que o objeto cotado atende as exigências do Termo de Referência/Edital, relativas à especificação e características, inclusivas técnicas e que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Termo de Referência/Edital.

Declara ainda estar ciente de que a apresentação de propostas com valores acima dos praticados pelo mercado contribuem para o superfaturamento dos serviços, sujeitando-se à responsabilização solidária pelo dano evidenciado (Acórdão TCU nº 8497/2022 – Segunda Câmara).

Local e data

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE QUANTIDADE DE EMPREGADOS

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213/1991, DECLARO, sob as penalidades cabíveis, possuir menos de 100 (cem) empregados, não estando obrigada a cumprir a reserva de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)